

O DESMONTE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR PÚBLICA BRASILEIRA EM TEMPOS DE NEOFASCISMO E DE MISERABILIDADE DA RAZÃO

VICENTE JOSÉ BARRETO GUIMARÃES

**UNCISAL - Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas
vicentejosebarretog@gmail.com**

ALINE SOARES NOMERIANO

**UFAL - Universidade Federal de Alagoas
asnomeriano@arapiraca.ufal.br**

RENALVO CAVALCANTE SILVA

**UNEAL - Universidade Estadual de Alagoas
renalvo.pedagogo@gmail.com**

RESUMO

O momento atual é marcado por uma crise civilizatória sem precedentes na história da humanidade, que tem como base, a partir da década de 1970, uma crise do capital de natureza estrutural. Diante deste cenário, as reformas promovidas nas últimas décadas pelos países capitalistas são necessárias à manutenção e à reprodução da ordem vigente. Nos últimos anos, essas reformas tem sido marcadas pela presença de governos com posicionamento político de ultradireita. No Brasil, com a eleição do presidente Bolsonaro, presenciamos os ataques do atual governo à classe trabalhadora, como no caso da reforma da previdência, bem como no âmbito da educação superior federal, visando o sucateamento ainda maior e a privatização desse sistema. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é compreender o desmonte desses direitos sociais e a lógica privatista que está por trás dos últimos governos brasileiros, sobretudo, o atual. Para tanto, esse trabalho foi elaborado a partir de uma pesquisa bibliográfica como foco em autores marxistas.

Palavras-chave: Educação Superior. Crise do Capital. Neofascismo.

Introdução

A partir da década de 1960 intensificam-se as contestações ao capitalismo no mundo inteiro, principalmente após maio de 1968 na França, que impactam a América Latina e as lutas pela liberdade e contra os regimes totalitários. Todo esse processo vai se constituindo historicamente e proporciona a aproximação do capital de seus limites absolutos. Sob a crise estrutural do capital, conforme Mézáros (2002), a máxima novidade promovida pelo sistema vigente é que todos os direitos conquistados, mediante as lutas da classe trabalhadora, podem ser retirados.

Tal cenário é marcado por um profundo movimento de mundialização do capital (CHESNAIS, 1996), que na contemporaneidade, é promovido sob a égide da ofensiva neoliberal, ampliando de forma assustadora as desigualdades sociais e buscando subordinar o trabalho de forma absoluta ao capital. Essa subordinação do trabalho ao capital se expressa, nos dias atuais, na precarização, intensificação e flexibilização das relações trabalhistas; o que resulta na desresponsabilização das empresas

quanto aos direitos dos trabalhadores, no sucateamento dos instrumentos de luta dessa classe (tais como os sindicatos), no aumento do trabalho informal, na ampliação estrutural do desemprego, bem como na degradação vivida pelos trabalhadores no tocante à sua saúde física e mental.

Essas são as grandes “novidades” promovidas pela ordem sociometabólica do capital, que busca encontrar as saídas de sua crise estrutural. Além desse aparato de ações econômicas, que impactam diretamente na classe que vive do trabalho, há a problemática jurídico-político-ideológica que a burguesia efetiva, como forma de promover um consenso mediante este cenário de barbárie, visando à legitimação de suas ações.

Para tanto, começaremos o presente artigo discutindo a relação entre os governos de ultradireita, o neofascismo e o projeto do sujeito da singularidade. Por fim, analisaremos alguns aspectos da política de desmonte da educação superior pública federal nos governos brasileiros das últimas décadas, com especial destaque ao governo Bolsonaro.

O cenário mundial, os governos de ultradireita e o grande projeto do sujeito da singularidade

Segundo Walter Benjamin (2012),

A humanidade, que outrora, em Homero, foi um objeto de espetáculo para os deuses olímpicos, tornou-se agora, objeto de espetáculo para si mesma. Sua autoalienação atingiu um grau que lhe permite vivenciar sua própria destruição como um gozo estético de primeira ordem. Essa é a situação da estetização da política que o fascismo pratica. (BENJAMIN, 2012, p.123).

Na citação acima, o autor fez referência a situação da arte na Europa fascista, sobre a qual podemos fazer um diálogo com a contemporaneidade, à medida em que presenciamos, nos últimos anos, o retorno de um expediente já utilizado pelo capital em seus momentos de crise, objetivando a solução dos problemas criados por sua própria lógica autodestrutiva. Nesse sentido, vivenciamos uma onda conservadora que vem crescendo tanto nos países centrais como nos países periféricos do capitalismo, com ataques brutais à classe trabalhadora, nos quatro cantos do mundo.

As pautas trazidas por essa onda conservadora exaltam o retorno aos regimes militares (no caso de países periféricos como o Brasil atual), o fanatismo religioso, (representado pelo crescimento das Igrejas Pentecostais) essencialmente

fundamentalista; reunindo um “exército” da população que se encontra em situação de máxima expropriação da vida, por meio de um discurso e uma prática xenofóbica e etnocentrista, mediado pela violência policial.

De modo geral, os governos desses países apresentam elementos em comum, tais como: profunda estrutura hierárquica, autoritarismo, submissão à ordem estabelecida, valorização de uma ética e de uma moral centradas na família, pensada sobre os pilares da heteronormatividade, de cor branca e tendo no homem a figura do grande provedor. Tudo que esteja fora desse enquadramento deve ser não apenas desconsiderado, como também ser banido.

Dessa forma, vivemos tempos extremamente sombrios, desde a vitória de Donald Trump, nas eleições norte-americanas, em 2016; o que representou o avanço das forças de ultradireita, dos grupos fascistas e fundamentalistas, sob a forte presença de um discurso do ódio em escala mundial.

Como consequência, tivemos, em alguns países periféricos, a eleição de governos ultra conservadores, como ocorreu no Brasil com a eleição de Bolsonaro, representante das forças mais reacionárias que poderiam existir no país. A eleição de Bolsonaro esteve ligada às bancadas “do Boi, da Bíblia e da Bala”, com a presença de importantes setores do mercado financeiro, e a influência do “guru” Olavo de Carvalho, o qual chega a defender a teoria terra-planista. Assim, o atual governo apresenta, ao mesmo tempo, princípios ultraconservadores nos costumes e neoliberais na economia. A política bolsonarista defende, em seus discursos e em suas práticas, a eliminação da esquerda, o esfacelamento da classe trabalhadora, o preconceito às mulheres, à comunidade LGBTQ+, aos povos indígenas, aos negros e a degradação do meio ambiente.

Nesse sentido, voltando à análise de Benjamin (2012), passamos a produzir uma atitude, tanto passiva quanto ativa, no que se refere à destruição da racionalidade, onde o grau de miserabilidade da razão nunca esteve tão alto como nos tempos hodiernos. Essa situação fica ainda mais evidente com a pandemia da COVID-19, vivenciada em 2020, em que toda a humanidade foi pega de surpresa. Várias foram as reações mundiais, mas algumas deixaram claras a naturalização da morte de milhões de pessoas, chegando a comparar os sintomas do Corona vírus aos de uma mera gripe (a exemplo do governo brasileiro na pessoa de Jair Bolsonaro).

Todo esse processo revela o poder auto destrutivo do capital e sua lógica da incontrollabilidade, colocando em risco a própria existência do planeta em que vivemos. Em tempos de miserabilidade da razão, é importante se refletir acerca do postulado de Hobbes (2010) em sua obra *O Leviatã*, onde ressaltou que o homem é lobo do próprio homem. Um homem, que de acordo com essa visão, é, por natureza, egoísta, individualista e vive sempre pronto para a guerra. Assim, percebe o outro homem não como um ser igual, mas como o outro que se faz necessário vencer e destruir.

Sobre essa questão, Konder (1979) fez a seguinte assertiva:

O capitalismo, como sistema, jogara os homens uns contra os outros, numa competição desenfreada onde só uma coisa podia contar: o lucro privado. Desenvolveram-se enormes metrópoles capitalistas, povoadas por multidões de indivíduos solitários, amedrontados, cheios de desconfiança. As condições técnicas da produção industrial aproximavam os seres humanos, socializavam a vida deles, mas as condições privadas, exacerbadamente competitivas, criadas pelo capitalismo para a apropriação da riqueza produzida afastavam-nos uns dos outros. Vítimas da tendência desagregadora que se fortalecia no interior da vida social, reduzidos a uma solidão angustiante, os indivíduos – reconhecendo sua fragilidade – ansiavam por se integrar em comunidades capazes de prolongá-los, de completá-los. (KONDER, 1979, p.15).

Essa obra de Konder, intitulada *Introdução ao Fascismo*, é extremamente atual quando pensamos na realidade vivida hoje, marcada pelo avanço das forças ultraconservadoras de cunho neofascista que estão presentes em alguns países; sob um sistema marcado por uma crise de ordem estrutural que, além de promover a retirada de direitos e políticas sociais, favorece um processo de miserabilidade da razão; isso sim, colabora para a formação de sujeitos egoístas e individualistas, cada vez mais presos às suas necessidades imediatas e defensores de um mundo marcado pela singularidade.

Segundo Lazzarato (2019), diante desta realidade, vamos presenciar uma forte influência sobre os movimentos sociais que estão travando suas lutas dentro do limites legitimados pelo capital, quando suas pautas estão marcadas por reivindicações reformistas; assim, esses movimentos estarão longe de anunciar uma ruptura com a ordem do capital, mas promovendo apenas a luta pela conservação dos direitos. Não que as lutas imediatas sejam desnecessárias; pelo contrário, são fundamentais para a reprodução da vida, mas não se deve tê-las como horizonte em detrimento da revolução social. Enquanto a humanidade não superar o nível da singularidade como

uma única saída, não conseguiremos deixar de ser meros espectadores da nossa própria história de destruição. Por isso, devemos constituir e travar lutas para além deste imediatismo e do nosso cotidiano.

Coutinho (2017), em sua obra *O estruturalismo e a miséria da razão*, fez uma referência primorosa acerca das consequências do capitalismo no que tange às condições da humanidade.

Um traço essencial do capitalismo consiste em impor a completa sujeição da produção às leis anárquicas do mercado. Essa mercantilização da práxis tem uma clara consequência sobre a consciência dos homens: a atividade deles tende a se ocultar e a se ocultar e dissimular de uma aparência inteiramente reificada. Todas as relações sociais entre os homens aparecem sob a forma de relações entre coisas, sob a aparência de realidades “naturais” estranhas e independentes de sua ação. Os produtos da atividade humana social, desde a esfera da economia àquela da cultura, revelam-se aos indivíduos como algo inteiramente alheio à sua essência; (a vida social) dos homens. Essa vida social converte-se num objeto “coisificado”, inumano, que não pode mais comportar nenhuma subjetividade autêntica; essa subjetividade, por sua vez, desligada de suas objetivações concretas, nas quais e por meio das quais se constitui e ganha conteúdo, transforma-se igualmente num fetiche vazio. Esse fetichização simultânea do sujeito e do objeto, paralelo à ruptura dos laços imediatos entre indivíduos e comunidade, é a mais evidente consequência social da divisão capitalista do trabalho em sua fase madura (COUTINHO, 2017, p. 37, grifos do autor).

Diante do cenário contemporâneo, o avanço da ultradireita e de sua pauta focada no conservadorismo dos costumes e na liberdade máxima do capital (mercado), tem levado o capital a colocar em prática formas neofascistas, em sua versão midiática nas plataformas digitais, o que colaborou de forma decisiva para a vitória nas urnas, dos referidos presidentes.

Na esfera do capitalismo manipulatório, as campanhas tanto de Donald Trump quanto de Jair Bolsonaro, produzidas em sua grande parte por meio da desinformação e da utilização de *Fake News* (nas diversas Redes Sociais como *Facebook*, *WhatsApp* e *Instagram*), buscaram produzir uma excessiva influência sobre a subjetividade das pessoas; manipulando e criando um ambiente propício à vitória dos candidatos em tela. Nesse contexto, segundo Zuboff (2018)

[...] um recente estudo sobre *big data* produzido pela Casa Branca concluiu que a trajetória tecnológica é bastante clara: mais e mais dados serão produzidos sobre indivíduos; a manutenção desses dados, porém ficará sob o controle de outros [...] (ZUBOFF, 2018, p. 17).

Isso evidencia o referido processo de manipulação com a utilização de aparato tecnológico, especialmente nas plataformas digitais acessadas por grande parte da população mundial, o que garantiu um grau de influência pela lógica do capital nunca visto antes na história do mundo. Ao ponto de se criar uma rede mundial de grandes empresários da comunicação, que tem como objetivo central obter valiosas informações sobre os indivíduos (sem que estes saibam) e utilizá-las em seu favor.

Percebe-se que estamos cada vez mais diante de um modelo civilizatório em profunda crise, que tem suas expressões maiores na política do ódio, no genocídio da pandemia, na violência, no fundamentalismo religioso e na moral burguesa, para a produção, a exploração e o consentimento de um sujeito marcado pela sua mera singularidade. Como bem colocou Coutinho (2017), levando a uma quebra dos laços humanos entre o sujeito e a comunidade. Essa brutalidade produzida historicamente pelas necessidades do capital e da sociedade burguesa em sua fase de decadência ideológica, naturaliza a máxima hobbesiana do homem ser o lobo do próprio homem.

Fica cada vez mais evidente que o capital não somente quer se apropriar do componente físico da classe que explora e expropria há séculos. É necessário e fundamental o controle de sua subjetividade e, assim, poder produzir uma homogeneidade do ponto de vista do comportamento humano, produzindo um sujeito subsumido à ordem do capital e à burguesia como classe dominante. Nesse sentido, Coutinho (2017) observou que,

Elemento indispensável do neocapitalismo, a manipulação tem como objetivo destruir a especificidade dos indivíduos homogeneizando seu comportamento ao transformá-lo em algo “calculável” e previsível; tão somente essa homogeneização e previsibilidade garantem a segurança econômica da produção através de “padrões” estáveis de consumo. O homem, para a manipulação, converte-se num simples “dado”, em uma coisa passiva. Desse modo, a manipulação da vida privada não passa de uma ampliação a novas esferas daquilo que chamamos de racionalidade burocrática, a qual, como vimos, é a “racionalidade” espontânea no quadro da alienação capitalista (COUTINHO, 2017, p. 11, grifos do autor).

Diante desta análise, fica claro que as condições objetivas das últimas décadas não permitem ao capital a concessão de nenhum benefício à classe trabalhadora; muito pelo contrário, se coloca na ordem do dia, a retirada de direitos e o desmonte de políticas sociais, entre elas, saúde, educação e previdência. No caso brasileiro,

várias já foram as reformas realizadas pelos últimos governos federais, nos campos do trabalho (reforma trabalhista), da educação (reforma universitária e do ensino médio) e da previdência (reforma previdenciária), apenas para dar alguns exemplos nesse âmbito.

Para tanto, se faz necessário produzir um sujeito que se reconheça como parte integrante de uma única realidade, de uma única verdade, que é o capital como o último grande modelo de sociabilidade que a humanidade construiu.

A política de desmonte da educação superior pública federal nos governos brasileiros das últimas décadas

O processo de ataques às instituições públicas de educação no Brasil não é algo recente, decorre de um tempo histórico marcado pelo avanço deste processo que se encontra em curso. O primeiro momento deste ataque, especialmente no sistema superior de educação, ocorreu no governo Collor (1990-1992), quando houve a abertura do país ao mercado internacional, dando os seus primeiros passos na adoção do receituário neoliberal.

No período em questão, esse receituário estava pautado na diminuição e no corte de políticas sociais, com o objetivo de produzir a precarização do sistema superior de educação e, assim, abrir caminho para a lógica da privatização que viria na sequência. Assim, o projeto neoliberal imposto por organismos internacionais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI), possibilitou no Brasil, um dos primeiros enfrentamentos à Constituição de 1988, que universalizava, entre outras coisas, o acesso à educação e à saúde pública.

Mediante ameaça de *impeachment*, o então presidente Collor efetivou sua renúncia (assumindo seu vice, Itamar Franco, até 1994). O próximo presidente eleito seria Fernando Henrique Cardoso (FHC), que governou o país por dois mandatos (entre 1995 e 2002). No governo FHC centralizou seus esforços na reforma do Estado brasileiro, visando o atendimento do modelo neoliberal, que colocava a necessidade da construção de um Estado gestor, sendo conduzido por princípios da administração empresarial. Assim, neste modelo de Estado gestor, ocorreram novos cortes sociais e novos ataques aos serviços públicos ofertados à população, ficando cada vez mais fragilizada a universalização da educação e da saúde, posta pela Constituição de 1988.

Essas contrarreformas promovidas pelo governo FHC foram, ao longo do tempo, desresponsabilizando o Estado na oferta dos serviços públicos à população; serviços esses, cada vez mais precarizados e sucateados. Passa-se com isso, para a era do Estado que adotou uma perspectiva gerencial, com foco nas demandas do capital internacional. Todo esse processo levou à implantação de outras políticas no sistema superior de educação, com sua expansão baseada na adoção de novos parâmetros pedagógicos, curriculares e administrativos. Todas essas metas fazem parte das exigências de agências multilaterais como o Banco Mundial, para responder as necessidades de produção e reprodução do capital.

No governo do Partido dos Trabalhadores (PT), tanto do presidente Lula (2003-2010) quanto da presidenta Dilma (2011-2016), houve a agudização desse modelo econômico desenvolvimentista. De uma forma geral, os governos do PT possibilitaram a ampliação da lógica neoliberal que se evidenciou no discurso da democratização do ensino superior, no qual o ensino privado teve amplo crescimento (inclusive com a modalidade de educação a distância presente também nas Universidades e nos Institutos Federais, por meio do sistema Universidade Aberta do Brasil-UAB). O que, em última análise, colaborou para o processo de fragilização e privatização da educação superior pública brasileira.

Os governos do PT também estabeleceram o Programa Universidade para Todos (PROUNI), que tem por finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais em instituições privadas. Outro modelo desenvolvido foi o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), que tinha como principal objetivo ampliar o acesso e a permanência na educação superior pública. Como consequência de todas essas políticas, tivemos um aligeiramento e rebaixamento do processo ensino-aprendizagem, voltado para atender as necessidades de preparação de mão de obra barata para o mercado.

Após ter governando o Brasil durante o período de 2003 à 2016, o PT chegou ao esgotamento de seu modelo desenvolvimentista, mediante uma série de problemas das mais diversas ordens, que culminaram com o golpe parlamentar sofrido pela presidenta Dilma (em 2016), assumindo em seu lugar o vice-presidente Temer, o qual governou o país de 2017 à 2018. Nesse período, Temer ampliou e aprofundou as contrarreformas do Estado e o pacote de ajuste fiscal, como a aprovação do Teto de

gastos, a reforma do ensino médio, o projeto de terceirização, a reforma trabalhista; essas e outras medidas atacaram diretamente os serviços públicos ofertados, gerando enormes problemas para a sobrevivência do sistema público de educação e abrindo ainda mais o caminho para a lógica da privatização.

Em 2019, com a vitória de Bolsonaro, presenciamos uma radicalização na postura do governo contra o sistema de educação pública brasileiro, principalmente no que concerne às Universidades Federais. No primeiro um ano e meio, o Ministério da Educação passou por uma série de problemas de gestão da pasta, com entrada e saída de ministros, todos comprometidos com o projeto de desmonte da Universidade Pública Brasileira.

Esses ataques iniciam com a criação de uma narrativa de que na maioria das Universidades Públicas ocorrem apenas “balbúrdia”, como um mecanismo de desmoralizar e tirar a credibilidade dessas instituições, onde se produz nada mais nada menos do que 95 % da ciência do país. Esse discurso colocou que tais instituições seriam ambientes de produção de eventos políticos da esquerda, com a promoção de “festas inadequadas” (regadas a drogas e sexo), inclusive com o plantio de maconha nos Campus das Universidades.

Tal política anti-intelectual visa disseminar o descrédito do meio acadêmico junto à população, por meio da propagação da ideia de que haveria a prática esquerdista de doutrinação dentro dessas Universidades. Mas o que é nítida é a tentativa de enfraquecer o papel crítico que a educação superior pública pode proporcionar à comunidade acadêmica, tornando os estudantes sujeitos contestadores da pauta deste governo, marcado pelo culto à ignorância e ao autoritarismo. Nessa perspectiva, outra atitude de cunho ultraconservador é a clara desvalorização da área científica de humanas e o enaltecimento de áreas do conhecimento que dão lucro ao empresariado.

Além desta narrativa de desqualificar a Universidade Pública Brasileira e a ciência, foi implantado o bloqueio da dotação orçamentária, em decorrência do contingenciamento de recursos, por meio do Decreto de nº 9.741/2019, que inviabilizou diretamente a possibilidade de existência e sobrevivência do sistema superior federal de ensino (universidades e institutos).

Um exemplo claro de autoritarismo é o desrespeito a autônoma universitária, quando não é levado em conta o resultado das listas tríplices nas eleições para

Reitores das Instituições Públicas Federais de Ensino, empossando nas Reitorias candidatos que não obtiveram a vitória do pleito pela comunidade acadêmica. Têm sido empossados candidatos que se afinam com a ideologia neofacista. Tal estratégia visa também a intervenção nas Universidades, para favorecer o atual projeto de privatização gradual. No Conselho Nacional de Educação e em agências de fomento à pesquisa como a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), têm assumido pessoas ligadas à bancada evangélica, nos moldes e dogmas de um fundamentalismo religioso.

Desse modo, podemos compreender quais os objetivos em curso postos na pauta educacional do governo Bolsonaro: a formação de subjetividades que sejam incapazes de compreender a realidade para além da sua imediaticidade e, com isso, se ter o aprisionamento do sujeito às suas necessidades mais simplistas.

Considerações finais

O retorno da extrema direita nada mais é que uma estratégia do capital, o qual utiliza seu aparato jurídico-político para legitimar e normatizar suas ações e controlar os conflitos sociais decorrentes dos antagonismos de classe. Entretanto, na atual conjuntura, esses mecanismos não estão obtendo os resultados esperados, mas produzindo de forma planetária a intensificação da miséria e das desigualdades.

Em tempos de governos neofascistas que se fazem presentes nos quatro cantos do mundo, necessitamos de uma teoria e uma pauta de luta que tenham um caráter de ruptura com a ordem vigente. Vivenciamos uma época marcada por um horizonte contrarrevolucionário, onde parece não existir mais a possibilidade de revolução social, em que a luta da classe trabalhadora, está voltada somente para a busca diária pela sua sobrevivência.

As dúvidas são muitas, as respostas são poucas, mas sabemos da importância de entendermos a conjuntura de nosso momento presente, para colaborarmos de forma efetiva com a classe trabalhadora, em sua luta contra a exploração do capital. Esse é o grande desafio do nosso tempo histórico, é o grande desafio posto para todos nós que acreditamos ser possível mudar esse *status quo*.

Referências

BENJAMIN, W. **A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica**. Porto Alegre: Editora Zouk, 2012.

BRASIL. **Decreto 9.741/2019**. https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/69237336/do1e-2019-03-29-decreto-n-9-741-de-29-de-marco-de-2019-69237302. Acesso em 17/11/2020

BRASIL. **PROUNI**. http://prouniportal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=124. Acesso em 17/11/2020.

COUTINHO, C. N. **O estruturalismo e a miséria da razão**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

KONDER, L. **Introdução ao fascismo**. São Paulo: Graal, 1979.

LAZZARATO, M. **Fascismo ou revolução**: o neoliberalismo em chave estratégica. São Paulo: Editora N-1, 2019.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

ZUBOFF, S. Big othier: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização da informação. In BRUNO, F. et al (Orgs.) **Tecnopolíticas da vigilância**: perspectivas da margem. São Paulo: Boitempo.